

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Tayla Marques Soares

**A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS
MOVIMENTOS FEMINISTA E HOMOSSEXUAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Raphael Bispo dos Santos

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Tayla Marques Soares**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673012A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A Trajetória do Movimento Lésbico no Brasil e sua relação com os movimentos Feministas e Homossexual, desenvolvido durante o período de 11/03/2019 a 27/11/2019 sob a orientação de Raphael Bispo dos Santos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Tayla Marques Soares

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS FEMINISTA E HOMOSSEXUAL

Tayla Marques Soares¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo abordar a trajetória do movimento lésbico no Brasil e sua interação com os movimentos feministas e homossexuais iniciados nas décadas de 1960 e 1970, por meio de uma revisão bibliográfica. Busca-se, com esse trabalho, ressaltar a relação do movimento lésbico com os grupos pertencentes a essas organizações sociais, e o surgimento da necessidade de se criar um coletivo próprio que tenha como base uma pauta específica e que trate como prioridade as reivindicações políticas e demandas representativas das mulheres lésbicas. Para tal foi traçado um histórico referente a construção da identidade social de mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres dentro do contexto da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento lesbofeminista. Lésbica Política. Movimento lésbico no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O artigo tem por finalidade traçar um histórico sobre o surgimento e construção do movimento de mulheres lésbicas no Brasil, através da sua aproximação e afastamento com os movimentos homossexual, o qual se encontrava muito concentrado nos homens homossexuais durante os anos 1970/80; e o feminismo, muito engajado nos debates e pautas estruturados pelas relações de gênero. Busca-se explicitar as divergências e semelhanças na luta contra o preconceito, descriminalização e visibilidade política vivenciada pelos diferentes grupos sociais que compunham tais organizações coletivas.

A atuação de mulheres lésbicas dentro do campo político-social brasileiro se iniciou por meio do movimento feminista, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970. Nessa época, as pautas manifestadas pelo grupo se estruturavam principalmente em torno de questões relacionadas às violências produzidas a partir da diferença de gênero entre masculino e feminino. Nesse período, o movimento era composto majoritariamente por mulheres brancas de classe média, influenciadas por uma perspectiva de caráter marxista no contexto da luta contra o regime militar, realizando acordos políticos com partidos de esquerda e igrejas católicas (SOARES; COSTA, 2011).

Para o movimento lésbico, essa época foi marcada por um silenciamento das mulheres homossexuais que participaram do grupo feminista, pois suas demandas e reivindicações não eram vistas como importantes para as demais integrantes que partilhavam de ideais consolidados por uma ideologia heteronormativa. A autora Suane Felipe Soares, em seu artigo "Procura-se sapato: Histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro", fragmenta a trajetória do movimento lésbico em três momentos: o primeiro momento caracteriza-se justamente pela "quebra" da omissão das pautas lésbicas perante o movimento feminista; o segundo é marcado por uma institucionalização dos movimentos sociais no Brasil; já no terceiro momento tem destaque uma popularização do grupo de mulheres lésbicas na sociedade.

Sobre esses três períodos a autora conclui:

Esses três momentos caracterizam o feminismo lésbico no Brasil não só por suas características internas, mas também através das políticas de coalizões e de afastamentos próprios dos contextos vivenciados. O pano de fundo que precisa ser levado em conta quando falamos de lesbianidade é a própria sociedade lesbofóbica e misógina brasileira em meio a qual essas vivências são travadas (SOARES, 2014, p.1443).

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: tayla1@outlook.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Raphael Bispo dos Santos.

Dessa forma, este artigo propõe apresentar e analisar os principais acontecimentos dos três momentos que estruturaram o percurso do movimento de mulheres lésbicas no Brasil. Para tal, será empreendida uma revisão bibliográfica de autoras que refletiram sobre a construção social da identidade lésbica e sobre as teorias político-sociais que iniciaram seu desenvolvimento no país nas décadas de 1960-70 e início dos 1980. Neste contexto, busca-se inicialmente ponderar a atuação de mulheres lésbicas dentro do movimento feminista, ressaltando suas afinidades e conflitos ideológicos. Em seguida, serão abordados os contrastes de suas atuações e reivindicações neste movimento em paralelo a suas ações no movimento homossexual. Por fim, será analisado o surgimento de uma necessidade de construir grupos autônomos e específicos formados unicamente por mulheres lésbicas.

2. RELAÇÃO DO MOVIMENTO LÉSBICO COM O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Inicialmente, a luta feminista, estruturada enquanto movimento social e político, se manifesta dentro do contexto histórico europeu no início no século XIX, influenciado pelos ideais da revolução francesa e compondo, o que nesse período, estudiosos mais tarde definiram como a “*primeira fase do movimento feminista*”. Nessa época, ganharam destaque temas como o direito ao voto, a educação das mulheres e as reivindicações ligadas ao ambiente familiar. Posteriormente, as concepções políticas que fundamentaram a constituição do feminismo na Europa, mais precisamente na França, influenciaram a formação de organizações do movimento na sociedade brasileira da década de 1970, gerando uma forte corrente do feminismo de mulheres brancas, de classe média, intelectuais e heterossexuais (SOARES; COSTA, 2011).

Nesse contexto, as pautas defendidas pelo movimento eram, em sua maioria, baseadas nas questões de gênero, tendo como objetivo principal desmitificar o caráter natural e biológico que fundamentava o pensamento social daquele período sobre padrões de comportamentos ditos como femininos ou masculinos, dentre os quais a maternidade². Porém, mesmo que algumas reivindicações do feminismo da época estivessem ligadas a liberdade sexual das mulheres, temáticas referentes à sexualidade, liberdade sexual e prazeres, não eram o foco desse movimento hegemônico europeu. Como consequência, a participação de lésbicas ou mulheres bissexuais dentro dos grupos foi silenciada, uma vez que se pressupunha a heterossexualidade dessas mulheres, fortalecida por uma política social de comportamento, fundamentada em um pensamento heteronormativo³.

Entretanto, mesmo se encontrando em uma condição de marginalização, as lésbicas atuaram no feminismo brasileiro desde suas primeiras organizações. No entanto, muitas colaboravam sem assumirem politicamente sua identidade sexual, pois havia um grande receio por parte das outras integrantes de serem confundidas ou julgadas como lésbicas. Elas podiam participar das reuniões e ações do grupo, considerando que suas vivências sexuais não fossem abertamente expostas no ambiente político-social no qual o movimento se encontrava. Isso ocorria porque, como explica a autora Maria Célia Orlato Selem (2007), muitas atuantes feministas se prendiam à identidade heterossexual.

Se a heterossexualidade obrigatória é parte de um sistema opressor que localiza as mulheres como “fêmeas” inferiores na escala de poder, sua evidência nas falas sobre sujeito feminino pode ser um ponto de fragilidade. Assim, a participação das lésbicas, enquanto identidade reivindicada, permeia os movimentos de mulheres como um ponto de incerteza do “ser mulher” cristalizado pela repetição. A reivindicação de uma especificidade lésbica nas lutas políticas das mulheres buscaria o reconhecimento da diversidade pautada na questão afetivo-sexual uma vez que muitas militantes feministas se enclausuraram na identidade heterossexual, resistindo em pensar o problema da heterossexualidade obrigatória e suas implicações no assujeitamento das mulheres (SELEM, 2007, p. 90).90).

As teorias feministas se renovam na Europa em 1949, com a publicação de *O segundo sexo*, escrito por Simone de Beauvoir, obra que traz para o campo político-social temas como a construção cultural do conceito de mulher na sociedade ocidental, desnaturalizando padrões de comportamentos projetados e reforçados por

² As críticas feitas pelo feminismo sobre o tema da maternidade ganharam força com advento da pílula anticoncepcional, que propôs a quebra do pensamento social que vinculava o prazer sexual das mulheres à sua condição reprodutiva (SOARES; COSTA, 2011).

³ Pensamento social que partilha da ideia de que somente relações heterossexuais, entre indivíduos de sexos opostos, são “normais” ou “corretas”.

mecanismos sociais de dominação que encaixavam a “classe” feminina como interior a masculina. “O *segundo* sexo teve importância por contribuir para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado” (MIGUEL, 2014, p. 28). Anos depois, o pensamento de Beauvoir influenciou as formações teóricas do movimento feminista também no Brasil, não somente nas concepções ligadas a pautas referente às mulheres heterossexuais, mas também influenciando o julgamento das integrantes do feminismo no que se refere a lesbianidade..

Beauvoir foi fortemente atacada após o lançamento d'O Segundo Sexo, por introduzir a sexualidade, a lesbianidade, as diferenças sexuais na fala pública, temas que não eram usualmente tratados, rompendo o silêncio e atribuindo a mulher lugar de sujeito. No entanto, Beauvoir fez uma análise ambígua da mulher lésbica. Ao tempo em que a lesbianidade aparece como uma possibilidade existencial e real na vida das mulheres, Beauvoir utiliza termos normalizantes e moralizadores, como a terminologia 'invertida' para designar a mulher lésbica, com a recorrência ao modo discursivo da psicanálise. O termo aparece sem que haja referência crítica ao processo de institucionalização das sexualidades, ancorado na patologização, disseminação e implantação das sexualidades anormais, através da psiquiatria, da psicanálise e psicologia, como mecanismos de controle da sexualidade, a partir do século XIX (SOARES, COSTA, 2011, p. 18).

O pensamento da autora acerca da questão da lesbianidade ilustra de forma sucinta o que a população da época julgava serem as relações homossexuais, muito fortemente estruturada pela moralidade construída pela heteronormatividade. Nesse contexto, entre divergências e sororidades, as mulheres lésbicas que integravam o movimento feminista brasileiro sentem a necessidade de criar algo próprio, um movimento no qual suas pautas ligadas à sexualidade pudessem ser priorizadas e debatidas no campo político.

As mulheres negras e as lésbicas provocaram o debate sobre a diferença de forma insistente, apontando a centralidade das mulheres brancas e heterossexuais na formulação feminista. Desde a década de 1970, nos Estados Unidos, o feminismo negro vem provocando rupturas epistemológicas importantes, proposições que chegaram 10 anos depois no Brasil, através de formulações feministas afro-cêntricas, alertando para importância da dimensão antirracista na epistemologia feminista. De forma mais errática e com menor organicidade, as mulheres lésbicas também pautaram os feminismos brasileiros, configurando mais lentamente uma produção nacional de conhecimento lésbico-feminista (SOARES; COSTA, 2011, p. 25).

Nesse contexto nasceu uma nova concepção de política feminista estruturada por mulheres lésbicas, tendo como ponto de partida e referência teórica o artigo de Adrienne Rich, “Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica”, publicado em 1980. É importante ressaltar que não somente as lésbicas, mas também as mulheres negras, transexuais, de classes baixas, indígenas, dentre outros grupos, revolucionaram o movimento feminista, no sentido de incorporar e articular de forma mais ampla as diferentes formas e condições sociais de se viver e se identificar como mulher nos diversos campos políticos. Nos anos de 1970/80, essa pluralidade ressaltada por essas mulheres, anteriormente ofuscadas pela hegemonia das mulheres brancas e de classe alta, reivindicou a incorporação das múltiplas formas de opressão e experiências que permeiam o sexo feminino.

3. RELAÇÃO DO MOVIMENTO LÉSBICO COM O “MOVIMENTO HOMOSSEXUAL” BRASILEIRO

Os movimentos sociais, não somente na sociedade brasileira, mas em todo o mundo, trazem consigo um importante papel de criticar e reivindicar demandas políticas e visibilidade social que não foram ainda abordadas ou reconhecidas por seus governantes. Porém, como todo agente e instituição, tais movimentos não se encontram totalmente emancipados de concepções fundamentadas no pensamento coletivo de uma sociedade, reproduzindo, muitas vezes, seus ideais culturalmente estruturados. Como explica a autora Diana Raffaella Kalazans Ribeiro (2018), em seu artigo “Maternidade e lesbianidade: artigo manifesto pelas várias existências”, as pautas referentes a lesbianidade se encontram, muitas vezes, dentro dos movimentos sociais, em uma posição de silenciamento e marginalização como consequência de percepções sociais, por exemplo, o patriarcado e o machismo. Tais percepções são capazes de influenciar os sujeitos que integraram os meios em que essas mulheres também atuavam. Elas mostram que assim como na sociedade, nos grupos sociais também se encontram relações de poder e hierarquia.

Atuam os movimentos sociais, reivindicando pautas e, trazendo a público todas as questões que lhe são de interesse, para que a sociedade discuta e avance. A proposição dessas demandas, em muito tem a ver com as relações de poder internas que permeiam esses movimentos e, dada essas relações, algumas pautas podem ser - e fatalmente são - deixadas de lado na agenda desses grupos. A orientação dessas questões a serem debatidas está, na maioria das vezes, fixada na ordem de quem tem o poder de fazer ver. Nesse cálculo, as questões pertinentes às mulheres e principalmente àquelas que são lésbicas, veem seu resultado negativo, tanto pelos valores exponenciais ocupados pelo patriarcado na sociedade, quanto pela heteronormatividade estabelecida pelas normas de gênero (RIBEIRO, 2018, p. 30).

No Brasil, o então chamado “movimento homossexual”, enquanto movimento social e político, se iniciou nos anos 1970, fundamentado em pautas referentes aos direitos ligados à livre expressão da orientação sexual, como mostra a autora Regina Facchini (2003) em seus estudos⁴ associados ao tema. A autora organiza a trajetória do movimento no Brasil em três momentos: o primeiro é marcado pela formação e expansão em 1970, seguido de um enfraquecimento em 1980 devido, principalmente, ao surgimento da AIDS, e, o terceiro momento uma fase de grande participação da mídia e envolvimento com associações vinculadas à defesa dos direitos humanos em 1990, sendo este momento o destaque (FACCHINI, 2003).

Na trajetória histórica e política do movimento no Brasil, o Grupo de afirmação homossexual (SOMOS), considerado o primeiro grupo formado em defesa dos direitos homossexuais no país, emergiu em 1978, integrando a *primeira onda* do movimento. O grupo ganhou grande visibilidade política, tornando-se uma das principais referências nos estudos sobre a construção de uma identidade homossexual brasileira.

O SOMOS teve grande impacto para que os primeiros coletivos formados por mulheres lésbicas surgissem dentro do contexto da sociedade brasileira. Isso porque foi por meio da integração com o movimento homossexual que as lésbicas enxergaram a necessidade de se criar grupos autônomos, que reconhecessem suas pautas político-sociais e lutassem por uma maior visibilidade de suas demandas. A autora Marisa Fernandes (2018) em seu artigo “O feminismo das lésbicas”, publicado através do Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI), relata sobre a participação de mulheres lésbicas no SOMOS, grupo do qual ela mesma fez parte.

Passados apenas três meses de atividades com os gays, nós percebemos a existência de atitudes machistas e discriminatórias dos nossos companheiros de militância. A palavra usada para identificar tanto os gays quanto as lésbicas era “*bicha*”, mas as mulheres do SOMOS queriam ser chamadas de lésbicas, uma palavra a qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era preciso usá-la, para esvaziar seu conteúdo violento. Ao se referirem às mulheres em geral, os gays usavam os termos “*racha*” ou “*rachada*”, o que para nós era inadmissível (FERNANDES, 2018, p. 239).

Os homens que compunham o grupo, em sua primeira fase, não reconheciam as questões vinculadas a diferença de gênero produzida por um machismo institucional presente na sociedade brasileira, e nem as violências geradas por essa concepção social. Dessa forma, não enxergavam as demandas trazidas pelas mulheres lésbicas e bissexuais que integravam o movimento como algo relevante para se abordar dentro do coletivo. Gradativamente, as questões ligadas ao debate sobre gênero foram inseridas e admitidas nas reuniões e eventos propostos pelo SOMOS, que se fragmentou em subgrupos; surgiu em 1979 o grupo Lésbico-Feminista (LF), primeiro formado por mulheres lésbicas feministas do Brasil (FERNANDES, 2018, p. 238).

Quanto à sexualidade, não é raro que a homossexualidade masculina (certas práticas sexuais, em certos períodos da vida) e sobretudo a homossexualidade sejam socialmente integradas aos dispositivos de poder patriarcais, como entre os gregos antigos, os azandes, os baruyas e em certos clubes exclusivamente masculinos de numerosas metrópoles atuais, como muito bem lembra Mathieu (1991). Por outro lado, as práticas sexuais entre “mulheres” só são em geral toleradas quando são estritamente provadas, invisíveis e claramente separadas de práticas homossexuais e/ ou de solidariedade moral e material, e mesmo de alianças matrimoniais e políticas visíveis entre “mulheres” (FALQUET, 2012, p. 14).

⁴ Dentre os quais, o artigo publicado pela autora em 2003, intitulado “Movimento homossexual no Brasil: Reconstruindo um histórico”.

Com as reivindicações e críticas construídas dentro do grupo SOMOS e do movimento homossexual como um todo no contexto da sociedade brasileira, reconheceu-se a vinculação das demandas ligadas à sexualidade a outras questões, como as de gênero e de classe (ambas interligadas). A integração e atuação das lésbicas no movimento mostrou ser necessário, dentro do combate contra a naturalização da heterossexualidade e dos padrões de relacionamentos impostos por uma hierarquia patriarcal e machista, o reconhecimento das diferenças histórico-sociais entre gays e lésbicas ao longo da história e suas atuantes consequências.

4. O MOVIMENTO SEPARATISTA DAS LÉSBICAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS GRUPOS

A participação de mulheres lésbicas nos grupos feministas e homossexuais foi fundamental para a criação de um movimento autônomo e independente, que tratasse das questões ligadas as demandas sociais e políticas dessas mulheres de forma relevante e específica. Foi através dessa integração que as militantes lésbicas enxergaram a necessidade e importância de se criar um movimento próprio, com o objetivo de expor suas reivindicações particulares e lutar por maior visibilidade e direitos perante o cenário político-social. Iniciou-se, dessa forma, o processo de desvinculação das pautas específicas reivindicadas pelas lésbicas. Nos anos 1970/80, emergiu uma militância própria, um grupo político marcado pela resistência e renovação social trazida por essas mulheres.

A militância, o grupo, a união das mulheres representa um complexo de resistência à escravidão, à violência, ao estupro e às várias formas de dominação masculinas. A divisão sexuada da sociedade serve como justificativa para a dominação e a escravidão das mulheres. [...] Enquanto as precursoras do movimento feminista dos anos 1960-1970 preocupam-se com a análise dos mecanismos de dominação, as feministas dos anos 1970-1980, a exemplo de Rich, Wittig, Radicalesbians irão questionar a naturalização da maternidade e a heterossexualidade obrigatória. A lesbianidade é elevada ao estatuto de conceito revolucionário. Embora os movimentos lesbianos no Brasil tenham caminhado timidamente durante o final dos anos 1970, quando saímos de um regime de repressão política, os anos que vão de 1980 a 1990 marcam uma expansão do movimento (LESSA, 2007, p. 99).

O caráter revolucionário identificado no movimento lésbico se constitui justamente pela ruptura com o padrão heterossexual através das relações entre duas mulheres, sendo estruturado por um ato político reformador das relações sexuais. Ao se colocarem contra as normas estabelecidas, mesmo sem nenhuma atuação política direta nos movimentos sociais, as lésbicas, somente por se identificarem como mulheres não heterossexuais, já se posicionam como seres incompatíveis aos padrões de comportamento.

Além de poder se utilizado ou reivindicado para descrever práticas individuais de mulheres, o termo “lesbianismo” se refere também a um conjunto de abordagens teóricas e movimentos sociais que problematizam essas práticas. Globalmente, no sentido político, o lesbianismo pode ser considerado uma crítica em atos e um questionamento do sistema heterossexual obrigatório de organização social. Este se baseia na estrita divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros obrigados a manter relações desiguais de “complementaridade” no contexto de uma rígida divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, o lesbianismo desestabiliza o sistema dominante, ao representar uma ruptura epistemológica fundamental e iniciar uma profunda revolução cultural (HIRATA et al., 2004, p. 123).

No Brasil, em 1979, o movimento separatista das lésbicas se iniciou através da instituição do subgrupo Lésbico-Feminista (LF), fundado por integrantes do grupo SOMOS, que se manifestou “publicamente dizendo que a atuação separada dos grupos exclusivos de lésbicas, gays não prejudicaria o movimento homossexual brasileiro, mas sim iria enriquecê-lo, com novas propostas vindas das discussões separadas acerca da consciência homossexual” (CAMPOS, 2014, p. 83). O subgrupo, composto exclusivamente por mulheres, teve importante atuação na trajetória do movimento lésbico, sendo em termos coletivos e políticos, o precursor das futuras organizações sociais lésbicas que posteriormente se formaram no Brasil. Dentre essas organizações, destacou-se o grupo GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que foi criado em 1981 a partir de integrantes do LF com o objetivo de dar continuidade às lutas e trabalhos desenvolvidos anteriormente.

As militantes do GALF lutaram, na década de 1980, pela visibilidade das lésbicas e também por um lugar de protagonismo, tendo se desvinculado do movimento misto e preservado a autonomia do grupo em relação ao chamado movimento homossexual, à época. O grupo foi às ruas, foi à televisão e além de colocar a lesbianidade em evidência, se impôs perante a sociedade, lutando contra a lesbofobia e contra o machismo, inclusive dentro do movimento gay e feminista. (CAMPOS, 2014, p. 96)

Assim como o GALF, outros grupos e coletivos formados por lésbicas foram se estruturando e dando origem a uma trajetória histórica de construção de um feminismo lésbico e estudos sociais sobre essas mulheres e o impacto político de suas relações amorosas dentro do sistema heterossexual institucionalizado na sociedade brasileira. Entre os futuros grupos e ações coletivas destacou-se o Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALE), ocorrendo inicialmente em 29 de agosto de 1996.

A permanência de lésbicas continuava invisível nos grupos mistos e também nos encontros nacionais, foi, aos poucos, apontando para a necessidade de realizar uma reunião de lésbicas em âmbito nacional. As lésbicas colaboravam dentro dos grupos mistos, mas foram percebendo que as lésbicas não eram consideradas, dentro de tais grupos, em suas especificidades, que não havia espaço para trabalhos específicos com lésbicas. O espaço do I SENALE, portanto, foi pensado como um espaço de formação e de fortalecimento das lésbicas, principalmente na questão da saúde e visibilidade para o fortalecimento de grupos locais e regionais, que possibilitaria a cobrança de políticas públicas dos governos, por isso, o nome escolhido foi "seminário". Com a conclusão de que era necessário um espaço em que as lésbicas não permanecessem invisíveis (CAMPOS, 2014, p. 145).

Os grupos formados por mulheres lésbicas foram ganhando mais espaço dentro do campo social brasileiro que tratava das questões relacionadas aos temas de gênero e sexualidade. A separação dos grupos homossexuais e feministas não se deu de forma absoluta, e as lésbicas, mesmo pertencendo aos seus grupos específicos, continuaram a atuar em ambos os movimentos de forma direta ou indiretamente. Os movimentos, cada um com suas demandas particulares, em encontros, reuniões, atos sociais etc.; reconheciam e buscavam de alguma forma manter o vínculo político-social que se constituiu de forma gradativa e complementar entre as comunidades.

A despeito dos problemas e dos desacertos, estamos diante de movimentos que lograram sucessos na sua incidência sobre a realidade cultural, política, social e legal do país. Muitas foram as mudanças sociais e culturais em relação ao reconhecimento dos direitos das mulheres e da diversidade sexual, relativas às as vivências de lésbicas, gays e bissexuais e as diferentes identidades de gênero no campo da transexualidade. A atuação dos movimentos feministas e LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - é impulsionadora dessas mudanças através da veemente crítica ao androcentrismo, a rigidez das normas e identidades de gênero e á heterossexualidade obrigatória (SOARES, COSTA, 2011, p. 41).

Por meio das ações sociais dos grupos feministas e homossexuais no Brasil, novos estudos sobre as diversas formas de se viver a sexualidade foram sendo desenvolvidos, e novas teses e análises sobre os comportamentos políticos de sujeitos que não seguem o padrão de relacionamento institucionalizado através da heteronormatividade foram surgindo dentro do contexto da sociedade brasileira; muitas vezes influenciados por autores e pesquisadores internacionais. Dessa forma, avanços sociais e políticos foram se concretizando e trazendo um novo olhar sobre as relações homossexuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo buscou-se abordar a trajetória político-social das mulheres lésbicas no contexto da sociedade brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980, expondo os principais pontos de convergência e divergência dentro dos movimentos feminista e homossexual. Abordou-se, ainda, como a relação com ambos os movimentos gerou entre as ativistas lésbicas a necessidade de criação de grupos autônomos e específicos. Nesse sentido, concluiu-se que a identidade política formada por mulheres lésbicas no Brasil se estruturou a partir de ações coletivas: mulheres que se organizaram socialmente buscando espaço e respeito dentro das esferas pública e privada.

Por meio da exposição e análise do histórico de questões de gênero e sexualidade produzidas e incorporadas às militâncias feministas e homossexuais, buscou-se esclarecer como atuam os mecanismos sociais que regem o padrão heterossexual, não somente nas relações afetivas, mas também nas relações de poder das sociedades. Em outras palavras, evidenciou-se neste artigo como concepções heteronormativas se manifestaram até mesmo dentro dos coletivos “emancipatórios” aqui apresentados. A participação de mulheres lésbicas, negras, transexuais, entre outras, revolucionou a base teórica e as demandas políticas do movimento feminista, dispersando o foco das pautas e ações trazidas pelas mulheres brancas, heterossexuais e de classe alta na primeira fase do movimento. De forma análoga, a atuação das lésbicas dentro do movimento homossexual denunciou as diferentes formas de opressões vinculadas ao gênero e a sexualidade, vivenciadas por cada grupo específico de forma particular, e tornou evidente que o reconhecimento dessas particularidades seria um ponto fundamental na luta contra a heteronormatividade.

Importante ressaltar que, mesmo antes das organizações lésbicas apresentadas aqui, a prática sexual entre mulheres já havia sido identificada ao longo da história, através de figuras sociais como Safo⁶, na Grécia Antiga. Desta forma, podemos afirmar que a homossexualidade, masculina e feminina, esteve presente em diversas sociedades no curso da história, embora muitos estudos sobre a existência de mulheres que se relacionavam amorosamente com outras mulheres, tenham sido apagados e silenciados, sendo de grande importância o trabalho arqueológico, tal como aponta Soares e Costa (2011).

A história da lesbianidade é uma história clandestina, ignorada e marcada por invisibilidades, contradições e discordâncias entre historiadoras que assumiram a tarefa de recuperar seus fragmentos. Conta-se com insuficiente disponibilidade de fontes de documentação que confirmem as relações amorosas e sexuais entre mulheres. Por isso, o trabalho de rearticulação da história lesbiana não pode ser considerado apenas um trabalho histórico, antropológico ou político, mas também arqueológico (SOARES; COSTA, 2011, p. 26).

A trajetória política do movimento lésbico, não só no Brasil, mas também na esfera internacional é composta por grandes conquistas e ocupações de espaços antes não alcançados. Porém, a luta por respeito e visibilidade é contínua, assim como as opressões e violências também são. Os vestígios de um pensamento social estruturado pela discriminação sexual enraizados nas concepções políticas de um país, atuam, em muitas esferas da sociedade, de forma mecânica, por isso é necessário empreender continuamente o exercício de problematizar e repensar os padrões estabelecidos como naturais.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil - 1979-2001**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ppfh.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-N%C3%BAbia-Carla-Campos-PDF.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

⁶ Poeta que viveu na sociedade grega do século VI a.C., que em suas obras escrevia sobre os amores e afetos que sentia por outras mulheres, sendo levada a viver em um ilha chamada Lesbos, (termo que deu origem a palavra Lésbica como conhecemos na atualidade) tomando-se um símbolo político para o movimento lésbico.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19 (2003), p. 79-127. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de crítica feminista**, v. 6, n. 5, p. 8-31, 2012. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FERNANDES, Marisa. O Feminismo das Lésbicas. In: RIBEIRO, Diana Raffaella Kalazans et al. **Nossas histórias, nossas vozes**: resistências históricas de mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, p. 234-247.

HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário crítico do Feminismo**. Paris: PUF, 2004.

LESSA, Patrícia. O Feminismo-Lesbiano em Monique Wittig. **Ártemis**, João Pessoa, v. 7, p.93-100, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2154>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. O Feminismo e a Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.) **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-29.

RIBEIRO, Diana Raffaella Kalazans. In: RIBEIRO, Diana Raffaella Kalazans et al. **Nossas histórias, nossas vozes**: resistências históricas de mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, Natal, n. 5, 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A liga brasileira de lésbicas**: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2397>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, études féministes/estudos feministas**, v. 2, p. 1-64, jan-jun. 2012. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.

SOARES, Suane Felipe. Procura-se sapatão: histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 8., 2014, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFRP, 2014, p. 1439-1451. Disponível em: <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/726-4602-1-PB.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.